

## O ESTADO DE NATUREZA EM HOBBS: UMA LEITURA DO TERRORISMO EM 11 DE SETEMBRO DE 2001 NOS EUA.

Santo Reni dos Santos Florão<sup>1</sup>

“Vou matar vocês. Não adianta fugir<sup>2</sup> .”

### RESUMO

Esse artigo propõe a discussão de questões relacionadas ao poder e à identidade nacional, constituído no pacto social em Hobbes, considerando ocorrências de âmbito internacional, as quais envolvem interesses da maior potência mundial, os Estados Unidos da América, com os adventos dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 às Torres Gêmeas do World Trade Center e o Pentágono, sob o governo Bush e, recentemente, no dia 07 de maio de 2011, com o anúncio da morte de Osama Bin Laden por “Os Us Navy Seals”, a força especial da Marinha americana sob o comando de Barack Obama. Para Pasquino (2010), a Ciência Política é o estudo da política pelos métodos nas outras Ciências Sociais e também, com algumas diferenças importantes, mas dirimentes, nas outras ciências físicas e naturais. Este autor destaca dois aspectos. O primeiro quer estudar a ação de homens e mulheres nas organizações, no partido político, no âmbito do Estado e naturalmente complicado e mais amplo em termos analíticos. Em segundo: o homem se relaciona com seu entorno, daí ser muito difícil uma única ciência dar conta de todas as contingências inerentes deste processo. Com isso, trabalha-se neste artigo a Ciência Política, como o campo do saber que estuda o poder e suas nuances, o Estado com seus poderes constituídos sempre numa contextualização. Nesse sentido, numa leitura hobbesiana, instiga-se a disseminação do terror e da insegurança social, atuam como fatores intervenientes para sensibilizar a sociedade em prol de interesses dominantes no controle social. Desse modo, destacam-se como leituras fundamentais as ressignificações do discurso oficial, tendo na simbologia do terror a mobilização e a aclamação popular de plenos poderes a esses governantes, para atuarem de forma irrestrita em busca da “paz” e “segurança nacional”. Bush e Obama aparecem na mídia local e internacional como uma espécie de “xerife do mundo ou um novo messias”. O poder que a nosso juízo se deu através da disseminação do medo e da proposta de busca da paz e da guerra ao terror, através de um novo pacto social no contexto hobbesiano.

### PALAVRAS-CHAVE:

Estado; Poder; Terror; Hegemonia.

FACIMAB – Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas de Marabá – Estado do Pará/ Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias – Portugal.

Fala de Wellington Menezes de Oliveira, ao disparar contra dezenas de crianças, espalhando a morte e o pânico na escola Tasso da Silveira, no Rio de Janeiro, no dia 07 de abril de 2011.

**ABSTRACT**

This article proposes the discussion of questions related to the power and to the national identity constituted in the social pact in Hobbes, considering occurrences of international scope, which involve interests of the World's biggest power, the United States of America with the advents of the terrorist attacks of September 11th, 2001 to the Twin Towers of the World Trade Center and the Pentagon, under the Bush government and, recently, on May 7th, 2011, with the death announcement of Osama Bin Laden by "The Us Navy Seals", the special force of the American Marine under the command of Barack Obama. For Pasquino (2010), the Political Science is the study of the policy through the methods in the other Social Sciences and also with some important differences but diriment, in the other physical and natural sciences. The author highlights two aspects. The first wants to study the action of men and women in organizations, in the political party, within the state is naturally complicated and largest in analytical terms. In the second one: the human being relates to its surrounding, therefore it's very difficult one only science to deal with all the inherent contingencies in this process. Therewith it's worked in this article the Political Science as a field of knowledge which studies the power and its nuances, the State with its constituted powers always on a contextualization. Through this way, in a hobbesian lecture, it's instigated like dissemination of the horror and of the social insecurity; act as intervening factors to sensitize the society in favor of dominant in the social control interests. This way, stand out as fundamental lectures the resignifications of the official speech having in the simbology of the horror the mobilization and the popular acclamation of full powers of these rulers to act in unrestricted way in the search of "peace" and "national security". Bush and Obama appear in the local and international media as some kind of "sheriff of the world or a new messiah". The power that was given to our judgment through the spread of fear and the proposal searching for the peace and the terror war, through a new social pact inside hobbesian context.

**KEYWORDS:**

State; Power; Terror; Hegemony.

**INTRODUÇÃO**

Esse artigo tem como objeto central apresentar, a priori, a questão do poder e da identidade nacional constituído no pacto social em Hobbes e sua reconstituição, no jogo de poder do estado nacional, no caso dos Estados Unidos da América – EUA, com o advento dos ataques terroristas, no dia 11 de setembro de 2001, quando esse país passa a ser bombardeado, através de um ataque terrorista, em dois de seus símbolos identitários de poder, as Torres Gêmeas do World Trade Center e o Pentágono, e, recentemente, no dia 07 de maio de 2011, quando o atual presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, divulgou, em tempo real, nos principais meios de comunicação local e mundial, a morte de Osama Bin Laden por uma equipe de militares estadunidenses.

Para Pasquino (2010), a Ciência Política é o estudo da política pelos métodos nas outras Ciências Sociais e também, com algumas diferenças importantes, mas dirimentes, nas outras ciências físicas e naturais. Este autor destaca dois aspectos: o primeiro quer estudar a ação de homens e mulheres nas organizações, no partido político, no âmbito do Estado e naturalmente complicado e mais amplo em termos analíticos; no segundo, homem se relaciona com seu entorno, daí ser muito difícil uma única ciência dar conta de todas as contingências inerentes deste processo. Com isso, trabalha-se neste artigo a Ciência Política como o campo do saber que estuda o poder e suas nuances, o Estado com seus poderes constituídos sempre numa contextualização.

É uma experiência de fazer uma leitura hobbesiana respectiva às ações desses dois presidentes no combate ao terrorismo, quando aparecem contradições entre os meios utilizados (discurso) para sensibilizar a população com os verdadeiros fins. Na disseminação da defesa ao terror, os EUA criam um novo estado de natureza dado o nível de insegurança instaurado no interior da população desse país, com repercussões no nível internacional. Estes governos conseguem novos poderes aos quais podem ser comparados com o Leviatã de Hobbes e é a isto que chamo de um novo estado de natureza ao inverso.

A fundamentação teórica é referenciada em duas obras: Hobbes tradução de Monteiro e Silva

(1974), Weffort (2006), além dos dados históricos divulgados nas revistas *Época* (2011); *Carta Capital* (2011) e, Istoé (2011). Sobre os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, este trabalho baseou-se também no documentário de autoria e direção do jornalista Norte-americano Michael Moore (2004).

Nesse contexto, entende-se que Hobbes, ao conceituar o estado de natureza como um estágio humano de incertezas e insegurança total, justifica a natureza humana como egoísta e competitiva em busca de segurança e meios de vida. A saída hobbesiana para este estado de natureza está na concretização de um pacto social, uma espécie de contrato no qual os indivíduos delegam suas individualidades a um governante dotado de poderes acima do bem e do mal, principalmente dos componentes do pacto.

Para Hobbes, o soberano age em função do pacto estabelecido, portanto, não deve legislar em causa própria, ao contrário do Estado Norte-americano que tem demonstrado através de suas políticas e das relações internacionais, um perfil intervencionista, amparado nacionalmente e internacionalmente por mecanismos coercitivos de natureza econômica, tecnológica, belicista e na difusão da “guerra ao terror”.

Essas são as ideias centrais que fundamentam nosso discurso, na tentativa de fazer uma leitura do estado de natureza ao avesso em Hobbes, contextualizado com os eventos terroristas, ocorridos em 11 de setembro, e o recente episódio do assassinato de Bin Laden pelos EUA. Defende-se que esse Estado reconstituiu para si, através de seu poderio, novos estágios de incerteza individual e coletiva, levando a sociedade a novos estágios de incerteza total, que pode ser contextualizado num novo estado de natureza, porém induzido pelos próprios interesses do estado soberano vigente.

Esse fato reforça a tese central desse texto que o estado nacional norte-americano, nesta nova fase imperialista, vê, na disseminação do terror e da insegurança social, um excelente mecanismo de controle social e repactuação em prol dos interesses das elites dominantes, que compõem este Estado. Leva-nos a pensar que estados soberanos, em tempos históricos, reconstituem dimensões de incerteza social, promovendo novos estados de guerra hobbesianos. Os Estados Unidos, ao divulgar a pena de morte e sua concretude a Bin Laden, sendo sua execução praticamente em tempos reais

para o mundo todo, atribui para si o poder quase messiânico da defesa da paz mundial.

Os EUA chamam para si a função da justiça e da paz mundial. Agem como se fossem os soberanos mundiais, numa roupagem do Leviatã de Hobbes. Invadem, na penumbra da noite, outro Estado soberano, o Afeganistão, e executam Bin Laden, demonstrando para o mundo o seu poder de vingança e justiça.

## **OS EUA: POR UM NOVO PACTO SOCIAL.**

No ano de 2001, no dia 11 de setembro, por volta das 10 horas da manhã, os Estados Unidos da América, a grande potência mundial econômica interventora e de poderio bélico hegemônico no planeta Terra, amada, temida e até odiada em certas culturas em escala global, passa a ser bombardeada, em um ataque surpresa, em dois de seus principais símbolos identitários de poder: as Torres Gêmeas, do World Trade Center, e o Pentágono. O mundo todo assiste a esse evento em tempo real através de seus canais de televisão e outros meio midiáticos e, perplexo, parece não acreditar que os Estados “Unidos” da América pudessem ser afrontados e fragilizados de tal forma. O estado de pânico era total.

Pessoas conectadas em escala global em seus televisores, olhando a fumaça e os aviões colidindo naqueles “prédios”. As imagens repetiam sistematicamente em paralelo com comentários de especialistas em terrorismo, estratégia de guerra geopolítica e da ciência política. Esse fato foi grandemente explorado pela mídia em favor do Estado americano, pois o presidente Bush ora sugeria que as pessoas se precavessem e ora que tirassem folga, fossem passear, aproveitar a vida, causando com isso na população um estágio de insegurança mental.

Hobbes ao tratar do medo e da insegurança afirma;

Dado que os homens desejam se diz também que o amam, e que odeiam aquelas coisas pelas quais sentem aversão. De modo que o desejo e o amor são a mesma coisa, salvo que por desejo sempre se quer significar a ausência do objeto, e quando se fala em amor geralmente se quer indicar a presença do mesmo. Também por aversão se significa a ausência, e quando se fala de ódio pretende-se indicar a presença do objeto (HOBBS, 1974, p. 36 e 37).

Com o decorrer do tempo, as evidências e os fatos históricos deste ocorrido vão se encaixar

ando. De um lado, torna-se pública a íntima ligação de George W. Bush, então presidente dos EUA, através de negócios da família Bush, com a família de Osama Bin Laden e os Sauditas; ainda, por ironia, Bin Laden fora parceiro do país norte-americano, quando da expulsão dos russos do Afeganistão, ou seja, Bin Laden fora treinado, armado e recebeu poder militar pró-Estados Unidos (CARTA CAPITAL, 2011).

Ao mesmo tempo, a Arábia Saudita é, na atualidade, detentora em torno de 7% da economia norte-americana, pois os sauditas possuem ações ordinárias das principais empresas norte-americanas, nas quais seus investimentos são garantidos pelo governo (ISTOÉ, 2011).

Como era de se esperar, os Estados Unidos poderiam ter bloqueado os bens dos sauditas e os de Bin Laden, também, fechando o espaço aéreo territorial, não permitindo a saída dos sauditas do território americano, até que o evento fosse esclarecido. Até porque, a grande maioria dos terroristas era saudita. Não foi o que aconteceu. Mesmo com o espaço aéreo fechado, os Estados Unidos locou dezenas de aviões e permitiu a saída irrestrita dos sauditas e dos Bin Laden do seu território. (CARTA CAPITAL, 2010).

Também, após saber que o mentor dos atos terroristas centralizava-se na liderança de Osama Bin Laden e que este se encontrava no Afeganistão, em local sabido pelo Governo americano e mesmo sendo pressionado pela imprensa, pelo congresso e sociedade civil norte-americana, para que atuasse de forma enérgica no sentido de prender, julgar e condenar Osama Bin Laden e seus colaboradores, George W. Bush obstruiu comissões de inquérito e atacou o Afeganistão, com uma força tarefa irrisória, com dois meses de atraso; com isso, dando tempo para que Osama Bin Laden se reconstituísse e escapasse.

A saída encontrada foi acusar o Iraque de Saddam Hussein, como principal causador de tal evento e, com isto, em 1992, promover a ocupação belicista deste país. As consequências sociais, econômicas e políticas ainda são presentes, quanto aos efeitos de uma guerra nos moldes da intervenção norte-americana no Iraque. Seus reflexos devastadores, principalmente para a sociedade civil iraquiana. Os efeitos destrutivos às crianças, jovens e adultos, como também aos segmentos da sociedade americana e mundial, que não aceitam tal pro-

cedimento.

Onde George W. Bush fora buscar poder para levar a sociedade civil americana a delegar-lhe a legitimidade para desenvolver tais ações contra o Iraque? Na guerra ao terror. Pois Bush já possuía a mística necessária para sensibilizar a sociedade civil deste país através do inimigo “real”, Bin Laden e Sadam Hussein. Bastava trabalhar com eficiência a questão do medo nessas pessoas. Hobbes ao tratar da origem interna das paixões afirma que:

Dado que os homens desejam se diz também que o amam, e que odeiam aquelas coisas pelas quais sentem aversão. De modo que o desejo e o amor são a mesma coisa, salvo que por desejo sempre se quer significar a ausência do objeto, e quando se fala em amor geralmente se quer indicar a presença do mesmo. Também por aversão se significa a ausência, e quando se fala de ódio pretende-se indicar a presença do objeto (HOBBS, 1974, p. 36 e 37).

George W. Bush, um presidente eleito com sufrágio eleitoral suspeito e de insignificante popularidade no seu início de governo, vai consolidar sua força, utilizando o evento terrorista de 11 de setembro para justificar a invasão do Iraque através da disseminação do medo e do terror. Foram amplamente divulgados, na mídia oficial, em escala global, as estratégias e os métodos antiterroristas adotados. Por exemplo: fiscalização rígida nos aeroportos, a divulgação de equipamentos de defesa antiterror, a possibilidade de proliferação de artefatos biológicos de extinção em massa, que poderiam ser disseminados através de alimentos, água, medicamentos, etc.

A história, até o momento, relata que, fora algumas ações terroristas localizadas e sem grandes efeitos destrutivos do ponto de vista material, humano e moral nos níveis de 11 de setembro, novos atentados de mesma dimensão não ocorreram, para justificar tal estado de terror, que disseminou pelo mundo afora. O terrorismo aparece nos principais discursos e eventos dos principais governantes do planeta na atualidade. Considerando-se a sua verdadeira dimensão, evidências levam-nos a pensar que por traz deste discurso encobrem-se outras questões dos interesses das elites governantes.

Afora os atentados de 11 de setembro, é amplamente sabido que o interesse maior deste Estado estava, além da expansão das indústrias bélicas, metal-mecânica, bancos e auto-

mobilísticas, na construção privilegiada de um gasoduto no Afeganistão, para comercialização de gás natural extraído do Mar Cáspio e, principalmente, a tomada confiscatória dos postos de petróleo iraquianos.

Moore (2004), em um documentário sobre o 11 de setembro, apresenta cenas demonstrando que, durante a guerra, megaempresários, como Bill Gates, já reuniam para comercializar no mercado acionário e na arregimentação de parcerias para a exploração do petróleo confiscado.

O resultado? Bush ampliou sua popularidade, reelegendo-se para o segundo mandato à presidência dos EUA, conseguindo nomear seus interventores nas principais empresas, em poder do Afeganistão e do Iraque, garantindo, dessa forma, a exploração de dividendos políticos e, principalmente, ampliação das relações comerciais e industriais com o petróleo iraquiano.

Ao canalizar as atenções da sociedade civil norte-americana e em parte a mundial, Bush re-pactua e reconstitui um novo poder. Em certos casos, uma simbologia quase que absoluta. Ao instaurar, na população, um estágio de insegurança, medo e terror (um novo estado de guerra), proclama para si a missão de guardião do planeta, um novo soberano planetário.

O maior dos poderes humanos é aquele que é composto pelos poderes de vários homens, unidos por consentimento numa só pessoa, natural ou civil, que tem o uso de todos os seus poderes na dependência de sua vontade: é o caso do poder de um Estado. Ou na dependência da vontade de cada indivíduo: é o caso do poder de uma facção, ou de várias facções coligadas. Consequentemente ter servidores é poder; e ter amigos é poder: porque são forças unidas (HOBBS, 1974, p. 57).

Hobbes, ao justificar a permanência de Estados Absolutistas, entende a natureza humana, nos princípios do direito natural, em como um ser naturalmente constituído, que na ausência da lei tudo pode.

De modo que na natureza encontramos três causas principais de discórdia. Primeiro, a competição; segundo, a desconfiança; e terceiro, a glória. Os primeiros usam a violência para se tornar senhores das pessoas, mulheres, filhos e rebanhos dos outros homens; os segundos, para defendê-los; e os terceiros por ninharias, como uma palavra, um sorriso, uma opinião, e qualquer outro sinal de desprezo, quer seja diretamente dirigido as suas pessoas, quer indiretamente a seus parentes, seus amigos, sua nação, sua profissão ou seu nome (WEFFORT, 2006, p57).

Para esse autor, o homem quando vem ao mundo, em seu estágio natural, é uma espécie de tabula rasa. E tende a viver em conflito permanente com seu semelhante, o que Hobbes denomina de estado de natureza, que o leva a estado de guerra permanente. Hobbes resolve essa questão ao defender um pacto social entre os membros de determinada sociedade. O pacto social é um momento em que os indivíduos cedem seus direitos individuais a um ser supremo que teria a missão maior de fazer valer os interesses da coletividade em detrimento dos interesses individuais.

A cessão de direitos individuais no estágio do pacto são inalienáveis e indelegáveis e, depois de reconhecido o pacto, somente ao soberano cabe o juízo máximo em termos de poder e da determinação da ordem pré-estabelecida. “A origem do Estado e/ou a sociedade está num contrato: os homens viveriam naturalmente, sem poder e sem organização – que somente surgiriam depois de um pacto firmado por eles, estabelecendo as regras de convívio social e de subordinação política”. (WEFFORT, 2006, p 53)

O contrato Social é um pacto dos indivíduos de acordo com as leis da natureza onde todos devem procurar a paz e segui-la, desde que os outros também o façam, ao renunciarem o seu direito ou sua liberdade.

Cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações. Feito isto, à multidão assim unida numa só pessoa se chama Estado, em latim civitas. É esta a geração daquele grande leviatã, ou antes (para falar em termos mais relevantes) daquele Deus Mortal, ao qual devemos abaixo do Deus Imortal, a nossa paz e defesa. Pois graças a esta autoridade que lhe é dada por cada indivíduo no Estado, é lhe conferido o uso de tamanho poder e força que o terror assim inspirado o torna capaz de conformar as vontades de todos eles, no sentido da paz em seu próprio país, e da ajuda mútua contra os inimigos estrangeiros (HOBBS, Trad. de Monteiro e Silva, 1974, p. 109 e 110).

O Estado em Hobbes é absoluto. Está acima do bem e do mal e das liberdades individuais. Bastaria que o soberano exercesse ad eternum as suas representações no pacto, enquanto poder absoluto e os súditos contemporalizassem, de acordo com as injunções, a sua prática cotidiana, em conformidade com o pacto, que os homens deixariam seu estado de natureza para

uma relação social sem conflitos.

Sobre a natureza do Estado, Hobbes descreve o seguinte.

Em primeiro lugar, na medida em que pactuam, deve entender-se que não se encontram obrigados por um pacto anterior a qualquer coisa que contradiga o atual. Consequentemente, aqueles que já instituíram um Estado, dado que são obrigados pelo pacto a reconhecer como seus os atos e decisões de alguém, não podem legitimamente celebrar entre si um novo pacto no sentido de obedecer a outrem, seja qual for, sem sua licença. (...) Pois são obrigados, cada homem perante cada homem, a reconhecer e a ser considerados autores de tudo quanto aquele que já é seu soberano fizer e considerar bom fazer. Assim, a dissensão de alguém levaria todos os restantes a romper o pacto feito com esse alguém, o que constitui injustiça. Por outro lado, cada homem conferiu a soberania àquele que é portador de sua pessoa, portanto se o depuserem estarão tirando-lhe o que é seu, o que também constitui injustiça. Além do mais, se aquele que tentar depor seu soberano for morto, ou por ele castigado devido a essa tentativa, será o autor de seu próprio castigo, dado que por instituição é o autor de tudo quanto seu soberano fizer. E, dado que constitui injustiça alguém fazer coisa devido a qual possa ser castigado por sua própria autoridade, também a esse título ele estará sendo injusto. E quando alguns homens, desobedecendo a seu soberano, pretendem ter celebrado um novo pacto não com homens, mas com Deus, também isto é injusto, pois não há pacto com Deus. A não ser através da mediação de alguém que represente a pessoa de Deus, e ninguém o faz a não ser o lugar-tenente de Deus, o detentor da soberania abaixo de Deus (HOBBS, 1974, p. 111 e 112).

Os atentados de 11 de setembro deram, ao governo Bush, a possibilidade de desestabilizar psicologicamente o cidadão norte-americano em função da guerra ao terror. Saiu vitorioso em seus objetivos, conforme se discutiu anteriormente. Em troca da volta ao estado de segurança, este governo edita um estatuto patriota pelo qual a população podia ser vigiada e espiada de forma irrestrita, o que significou amplos poderes ao governo em prol da segurança nacional como um típico pacto social hobbesiano.

No mesmo sentido, no mês de maio, mais precisamente no dia 07 de 2011, o atual presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, canalizou de forma profunda (aos moldes de Bush) as atenções do planeta Terra, quando divulgou, em tempo real, pelos principais meios de comunicação mundiais, a morte de Osama Bin Laden por uma equipe de militares estadunidenses sob

seu comando.

Nas ações de Bush, os Democratas fizeram seu ponto central de marketing político e plataforma da eleição de Barack Obama, agora no poder e palmilhando baixos índices de popularidade à semelhança de seu antecessor, Obama chama para si o direito de julgar e punir seu agressor, inclusive retirando-o de seu país sem o consentimento formal deles. Passa para os espectadores globais, a ideia do exercício do direito natural em Hobbes no seguinte argumento:

Que todo homem deve esforçar-se pela paz, na medida em que tenha esperança de consegui-la, e caso não a consiga pode procurar e usar todas as ajudas e vantagens da guerra. A primeira parte desta regra encerra a lei primeira e fundamental da natureza, isto é, procurar a paz, e segui-la. A segunda encerra acima do direito de natureza, isto é, por todos os meios que pudermos, defendermos a nós mesmos (HOBBS, 1974, p. 82).

Fatos dessa natureza têm se tornado prática banal e comum das ações imperialistas dos Estados Unidos. É a ocupação do Iraque pelo petróleo; a intervenção no Japão pós-segunda guerra mundial; a criação do Estado de Israel, como célula americana no Oriente Médio; a instauração da guerra fria em combinação com a ex União Soviética; a intervenção do FMI, da OTAN e do Banco Mundial, nos países pobres do Terceiro Mundo, localizados abaixo da linha do Equador e nas múltiplas formas de intervenção no mercado global, através da manipulação do câmbio do dólar de informações privilegiadas e/ou geração de boatos especulativos, no mercado financeiro global, que acarretam desastres e crises para economias locais em todo o mundo.

Já na doutrina Monroe, no início do século XX, os norte-americanos deixavam claras suas intenções quanto aos seus planos intervencionistas e expansionistas, principalmente no continente americano, ao defender que a América é para os americanos.

Temas não discutidos na mídia popular e em grande parte das universidades brasileiras, como o direito espacial, a limpeza étnica, a reserva de lei de patentes para os Estados Unidos, nos quais a questão da biodiversidade, da água, do controle dos meios de comunicação, da internet e das novas tecnologias parecem ser temas que levarão novamente ao estado de natureza hobbesiano, que reconstituído pe-

los interesses do poder absoluto dos Estados Unidos em prol de si mesmos, podem ser agentes causadores de novos estágios de guerra e de terror a populações locais e/ou globais, de acordo com as conjecturas do próprio estágio de crise de identidade econômica e de liderança dos Estados Unidos, neste início de século, para toda a humanidade.

A grande interrogação neste momento está no sentido de quem será capaz de romper o pacto ao inverso de Hobbes quando os EUA, no discurso do combate ao terror, subjagam sua e outras nações a pactuarem de forma forçada, dando-lhe poder para continuar com sua política imperialista em esfera global. Que leituras os súditos ou novos súditos iram buscar para compor uma nova composição ideológica ou um novo paradigma ou uma nova utopia? Deixo para você leitor, caso esteja estimulado, nessa nova caminhada.

## CONSIDERAÇÕES

Os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 às Torres Gêmeas do World Trade Center e o Pentágono, sob o governo Bush e, recentemente, no dia 07 de maio de 2011, com o anúncio de morte de Osama Bin Laden, pela força especial da Marinha americana, sob o comando de Barack Obama, contextualizados com as vinculações da mídia mundial, nos documentários e debates em todos os segmentos sociais, permitiu-nos desnudar conteúdos que estão para além do discurso aparente de poderosos governantes neste início de século.

O poder quando fundamentado em grandes pensadores da ciência política moderna, como é o caso de Hobbes, ajudam-nos a entender a gênese da natureza humana e sua relação com o poder. O pacto social hobbessiano, como categoria de análise, nos permite entender a origem e estrutura do Estado moderno no seu caráter ditatorial e também como o governante pode arquitetar um discurso coerente e consistente em nome da paz, em consonância com o aceite das maiorias.

Historicamente, os EUA têm sido eficientes e eficazes em suas políticas internas e externas. Têm sabido utilizar com êxito para si o dom da palavra e o uso da espada – parafraseando Hobbes. O medo e a guerra ao terror tem sido em dadas dimensões, a grande fonte de poder na atualidade, para que governos autoritários e

expansionistas consigam respaldo público em detrimento de seus interesses hegemônicos.

## REFERÊNCIAS

CARTA CAPITAL. São Paulo: Editora Carta Capital, ano XVI, n. 645, 11 de maio de 2011.

ÉPOCA. São Paulo: Editora Globo, edição 673, 11 de abril de 2011.

FAHRENHEIT 11 de Setembro. Direção de Michael Francis Moore. São Paulo: Touchstone Home. 2004. 116 min., color, legendado. Documentário.

ISTOÉ. São Paulo: Editora Abril, edição 2165, ano 35, n. 19, 11 de maio de 2011.

MALMESBURY, Thomas Hobbes de. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Victor Civita, 1974. Título original: *Leviathan, or Matter, Form, and Power of a Commonwealth Ecclesiastical and Civil*, 1651.

WEFFORT, Francisco C. (org.). *Os Clássicos da Política*. Vol. 1, 14. ed. São Paulo: Ática, 2006.